

O TRABALHO DOCENTE EM CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE INTERNAÇÃO EM MINAS GERAIS

Bruna Ferreira Augusto Cruz (PPGE/UEMG)

Vera Lúcia Nogueira (PPGE/UEMG)

Maria Cristina da Silva (PPGE/UEMG)

Resumo

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo é analisar o trabalho docente em uma escola que atende os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Minas Gerais. Atualmente, o estado de Minas Gerais conta com 44 centros socioeducativos destinados a atender os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado, internação-sanção, semiliberdade e também aqueles que estão em cumprimento de internação provisória. A pesquisa é exploratória, de natureza qualitativa, e se orienta pelos conceitos de Maurice Tardif, Claude Lessard e Dalila Andrade. Neste trabalho, são apresentados os resultados da revisão da literatura sobre o tema. Ao analisar as produções acadêmicas sobre a escola no Sistema Socioeducativo, em especial no estado de Minas Gerais, foram encontrados poucos estudos sobre o tema, que evidenciaram a preferência dos acadêmicos a dar voz aos adolescentes, havendo poucas pesquisas em que os sujeitos são professores. Desse modo, a relevância da pesquisa está em ampliar o conhecimento sobre um tema pouco explorado pelo meio acadêmico, de modo a contribuir com o campo da Educação e da Segurança. Como resultados da revisão, pode-se observar que os adolescentes que ocupam as vagas do Sistema Socioeducativo mineiro apresentam características comuns no que se refere à educação, como distorção idade-série, dificuldades de aprendizagem e vínculos escolares fragilizados. Ademais, estudos apontam que a educação no Sistema Socioeducativo é suprimida pelas práticas de encarceramento, vigilância e controle características das instituições prisionais.

Palavras-chave: Educação escolar; Privação de liberdade; Professores; Análise de Conteúdo.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, seu desenvolvimento baseou-se em uma série de regras internacionais, dentre elas, as Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil (1988).

Para o ECA, é considerado adolescente a pessoa de 12 a 18 anos de idade, excepcionalmente jovens de 18 a 21, não havendo distinção entre gêneros masculino e feminino. Quando o

adolescente comete ato infracional¹ e é apreendido, o mesmo não é tratado como adulto, mas sim como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento. Dessa forma, o juiz deve seguir lei específica e pode aplicar medidas socioeducativas, como advertência, obrigação de reparar o dano, trabalhos comunitários, liberdade assistida, semiliberdade e internação². A execução de tais medidas é regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. As medidas socioeducativas previstas no ECA e descritas no SINASE têm por objetivo a responsabilização do adolescente, promover sua integração social, garantir seus direitos e também demonstrar desaprovação de sua conduta infracional.

O ECA (1990) e do SINASE (2012) foram criados em atenção ao direito das crianças e dos adolescentes, assim como o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que assegura uma série de direitos às crianças, aos adolescentes e aos jovens, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurá-los. Assim, ao receber a medida socioeducativa privativa de liberdade, o adolescente é admitido em um Centro Socioeducativo, devendo ser garantido os demais direitos constitucionais, entre os quais o direito à educação.

Em Minas Gerais há 42 Centros Socioeducativos destinados ao atendimento socioeducativos de adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de internação provisória, internação por tempo indeterminado, internação-sanção e semiliberdade. Desses, dezenove são destinados ao cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória, nove deles localizados na cidade de Belo Horizonte.

Um fato que chama a atenção em relação à quantidade de centros socioeducativos é que, em todo o estado de Minas Gerais, apenas duas Unidades Socioeducativas são destinadas ao público feminino. Isso se deve ao fato de que o público masculino representa o maior percentual do contingente de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o que justifica a diferença no número de Unidades direcionadas a cada gênero.

¹ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente.

² A advertência a medida socioeducativa mais branda, executada em meio aberto, e a internação por tempo indeterminado a mais severa, na qual o adolescente permanece privado de liberdade por um período que varia de seis meses a três anos, devendo ser aplicada somente em casos comprovados da prática de ato infracional com grave ameaça à pessoa ou violência e também em casos de descumprimento de medidas anteriormente impostas ou reiteradas práticas de infrações graves.

Desse modo, ao ser admitido em um Centro Socioeducativo para cumprimento de medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado, o indivíduo permanece privado de sua liberdade, devendo ser garantidos os demais direitos dos quais é titular.

Em relação à garantia de direitos, o Eixo Educação é o de maior relevância para o SINASE (2012). Uma das escolas responsáveis por garantir o direito à educação designa servidores para atuarem no processo de escolarização dos adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo. Assim, os docentes deslocam-se até as Unidades de internação e internação provisória, onde utilizam salas multiuso para ministrar aulas aos adolescentes.

Cada Centro Socioeducativo possui características singulares, mas uma característica comum às Unidades Socioeducativas é que a maioria não possui infraestrutura capaz de atender o interesse de cada adolescente, conforme seu grau de escolarização. As limitações estruturais de alguns estabelecimentos somadas à necessidade de garantir o direito a educação resultam no agrupamento dos adolescentes de graus de escolaridade distintos em turmas multisseriadas.

Nesse sentido, a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) garante o acesso à educação e em seu artigo 5, § 5º, determina que “para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (BRASIL, 1996), o que se aplica ao Sistema Socioeducativo, uma vez que suas instalações apresentam limitações.

Ademais, um dos princípios do SINASE (2012) determina a brevidade da medida em resposta ao ato cometido, o que significa que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação deverá permanecer privado de sua liberdade pelo menor tempo possível. Dessa forma, todo adolescente acautelado deve ser matriculado na escola para que tenha garantido o direito à educação e deve frequentar as aulas que acontecem dentro dos Centros Socioeducativos.

As aulas acontecem em ambientes de privação de liberdade sob a vigilância da Equipe de Segurança, com todos os materiais utilizados em sala de aula submetidos a procedimentos de vigilância e controle, no início e término de cada aula.

Todos esses aspectos, observados no cotidiano do meu trabalho³, me levaram a refletir sobre o direito à educação e a efemeridade da educação escolar em ambientes de privação de liberdade, provocada pela rotatividade dos sujeitos na escola. Se por um lado, o SINASE determina a brevidade da medida socioeducativa e a obrigatoriedade de matricular o adolescente na rede pública de educação (BRASIL, 2012); por outro, os professores a qualquer momento podem ser surpreendidos com a admissão ou desligamento de algum aluno.

Considerando que a educação é uma das ações obrigatórias previstas pelo SINASE (2012), a atuação dos professores no Contexto Socioeducativo nos remete a diversas indagações. Como é realizado o trabalho dos professores que ministram aulas para esses alunos? A rotatividade dos alunos impacta no desenvolvimento e continuidade dos conteúdos programáticos? Quais estratégias os professores utilizam para estabelecer a disciplina e produzir conhecimento em sala de aula? Como os professores lidam com as regras de vigilância e controle presentes nesses espaços? Como os professores se relacionam com os alunos privados de liberdade? Os professores que atuam nesse contexto enfrentam alguma tensão?

Mediante tais indagações, ingressei no Programa de Mestrado em Educação e Formação Humana ofertado pela Universidade do Estado de Minas Gerais e me dediquei a explorar o trabalho docente em ambientes de privação de liberdade.

Por conseguinte, este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo é analisar o trabalho docente em uma escola que atende os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Minas Gerais. Tal pesquisa é exploratória, de natureza qualitativa, e se orienta pelos conceitos de Maurice Tardif, Claude Lessard e Dalila Andrade.

Neste trabalho, são apresentados os resultados da revisão da literatura empreendida. Ao analisar as produções acadêmicas sobre o trabalho docente no Sistema Socioeducativo, em especial no estado de Minas Gerais, foram encontrados poucos estudos sobre o tema, que evidenciaram a preferência dos acadêmicos a dar voz aos adolescentes, havendo poucas pesquisas em que os sujeitos são professores, como se verá adiante. Desse modo, a relevância deste artigo e da pesquisa em desenvolvimento está em ampliar o conhecimento sobre um tema pouco explorado

³ Ingressei no Sistema Socioeducativo como Agente de Segurança Socioeducativo em janeiro de 2017 e, desde então, tive várias experiências ao acompanhar o trabalho realizado pelos professores que lecionam em contexto de privação de liberdade.

pelo meio acadêmico, de modo a contribuir com o campo da Educação e da Segurança.

Isso posto, resta claro que este artigo foi desenvolvido com o objetivo de conhecer as produções acadêmicas sobre a educação escolar em contexto de privação de liberdade, em especial, sobre o trabalho docente no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais e identificar possíveis lacunas que possam orientar outros estudos sobre a temática em questão.

O conceito de trabalho docente

O trabalho docente é definido pela perspectiva de Dalila Andrade Oliveira (2010) como uma categoria que compreende os sujeitos que atuam em processos educativos, considerando professores e também educadores, monitores, estagiários, diretores, auxiliares e demais pessoas que realizam atividades laborais inerentes à educação. Entretanto, como destaca a autora, quando falamos em trabalho docente, os professores são os primeiros a serem lembrados (OLIVEIRA, 2010).

Tardif e Lessard (2005), por sua vez, descrevem o trabalho docente a partir de três dimensões conceituais: o trabalho como atividade, o trabalho como *status* e o trabalho como experiência. Ao analisar a docência como uma atividade, consideram os aspectos organizacionais e dinâmicos da atividade docente. O trabalho como *status* remete à análise da identidade do professor, que assume e constrói um papel dentro da organização do trabalho envolto em normas e regras. E a docência como experiência considera que o trabalho docente é uma atividade ao mesmo tempo em que é um *status* e, por isso, pode ser analisado em função de como é vivenciado e como recebe significado pelo professor (TARDIF & LESSARD, 2005).

Para Tardif e Lessard (2005), essa experiência não pertence a um saber teórico ou prático, trata-se de uma experiência de identidade que mistura aspectos pessoais e profissionais relacionados à vivência. Segundo os autores:

Essas ideias nos parecem importantes, pois introduzem uma dimensão social no próprio coração da experiência individual, permitindo assim inscrever-se as experiências de cada um num horizonte mais ou menos compartilhado de situações comuns, típicas e de sentido semelhante. Com relação a isso, se a experiência de cada docente que encontramos é bem própria, ela não deixa de ser também a de uma coletividade que partilha o mesmo universo de trabalho, com todos os seus desafios e

condições (TARDIF & LESSARD, 2005, p.52).

O ponto de vista dos autores ressalta o importante papel do professor no processo de educação, uma vez que são eles os responsáveis pela realização do trabalho docente.

O trabalho docente em abientes de privação de liberdade

Nesse sentido, com o objetivo de conhecer as produções acadêmicas sobre a escola no Sistema Socioeducativo, em especial no estado de Minas Gerais, foi realizado o levantamento bibliográfico nas bases do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e *Google Acadêmico*.

Foram analisados estudos publicados a partir de 2014, critério de inclusão, na área da Educação, visando excluir da busca as publicações embasadas em legislações anteriores à implementação da Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 que institui o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Inicialmente, a pesquisa foi realizada nos portais da BDTD utilizando o descritor “Sistema Socioeducativo”, e foi feita análise dos resumos para selecionar os estudos com foco na educação escolar. Em seguida, foi realizada nova busca conjugando a categoria “trabalho docente” com outros descritores, no repositório da BDTD, tais como “trabalho docente” e “sistema socioeducativo”, “trabalho docente” e “privados de liberdade”, “professor” e “sistema socioeducativo” com aplicação dos mesmos filtros temporal e por Área do Conhecimento. No total, foram localizados 445 estudos, desde 351 publicados a partir de 2014, sendo 45 na área do conhecimento da Educação e, desses, 15 sobre a educação escolar. Após o refinamento da pesquisa, duas publicações constavam em ambos os repositórios, totalizando assim 13 pesquisas distintas.

Dos resultados selecionados, observa-se predominância dos estudos em que os sujeitos são os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (Denilson Barbosa de Castro (2016), Renan Saldanha Godoi (2017), Eduardo Lopes Salatiel (2018), Iris Menezes de Jesus (2018), Fabiano Elias Nunes (2018) e Laila Vieira de Oliveira (2018)). Já Heloanny Araújo de Moraes

Nunes (2018) e Jamires Pereira da Silva (2018) realizaram pesquisas com adolescentes e professores. Por sua vez, Elizabeth Souza de Oliveira (2016) e Aline Menezes de Barros de Carvalho (2015) realizaram pesquisas a partir da análise documental e observação participante. Marília Souza Andrade Dias (2019) realizou sua pesquisa a partir da observação participante e entrevistas com professores. Por fim, Antônio David Costa Junior (2019) e Camila da Rosa Parigi (2017) optaram por analisar a escola no Sistema Socioeducativo, exclusivamente, pela perspectiva dos professores.

Além disso, dentre os estudos listados no quadro, quatro foram realizados em Minas Gerais (SALATIEL, 2018; OLIVEIRA, 2018, NUNES, 2018^a). Salatiel (2018) realizou sua pesquisa com adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo, sendo dois residentes em Belo Horizonte e dois oriundos de cidades do interior do Estado que não foram mencionadas; Nunes (2018^a) realizou a pesquisa no Centro Socioeducativo de Unai onde entrevistou professores e adolescentes para investigar o processo de formação e ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida de internação; e Oliveira (2018) pesquisou a educação escolar em um Centro Socioeducativo de internação provisória em Belo Horizonte pela perspectiva do adolescente. Vale ressaltar que dentre os resultados encontrados nas bases pesquisadas, o único estudo publicado a partir de 2014, na área da Educação, com o intuito de compreender a percepção dos professores que atuam no Sistema Socioeducativo realizado em Belo Horizonte, onde há maior concentração de Centros Socioeducativos em Minas Gerais, foi a pesquisa de Dias (2019).

Observa-se que os estudos analisados compreendem pesquisas qualitativas, havendo predominância das entrevistas semiestruturadas (COSTA JUNIOR, 2019; DIAS, 2019; BEZERRA, 2019; SILVA, 2018) e observação participante (COSTA JUNIOR, 2019; DIAS, 2019; SILVA, 2018) como instrumento de coleta de dados. Outra conclusão obtida nesta análise é que não há consenso quanto ao referencial teórico dos estudos sobre a escola no Sistema Socioeducativo. Contudo, alguns nomes são citados com maior frequência dentre a diversidade de teóricos, como Antônio Carlos Gomes da Costa (DIAS, 2019; COSTA JUNIOR, 2019; JESUS, 2018; NUNES, 2018b), Elionaldo Fernandes Julião (DIAS, 2019; JESUS, 2018; NUNES, 2018b) e Mário Volpi (COSTA JUNIOR, 2019; DIAS, 2019; JESUS, 2018; NUNES, 2018b; SILVA, 2018).

No que se refere à atuação do professor são citados com frequência Demerval Saviani (DIAS, 2019; COSTA JUNIOR, 2019; NUNES, 2018b; SILVA, 2018; OLIVEIRA, 2016), Marli André (COSTA JUNIOR, 2019; SILVA, 2018; NUNES, 2018b), Maurice Tardif (COSTA JUNIOR, 2019; DIAS, 2019; SILVA, 2018), Miguel Arroyo (DIAS, 2019; SILVA, 2018), Moacir Gadotti (SILVA, 2018; NUNES, 2018b) e Paulo Freire (DIAS, 2019; JESUS, 2018). E ao falar sobre juventudes, destacam-se Juarez Dayrell (DIAS, 2019; JESUS, 2018) e Paulo Carrano (DIAS, 2019; JESUS, 2018).

Os estudos de Dias (2019), Costa Junior (2019) e Silva (2018) apresentam pontos em comum, pois realizaram pesquisas qualitativas pela perspectiva dos professores que atuam no contexto socioeducativo. Ao verificar como mobilizaram o conceito de “trabalho docente” nota-se que partiram do senso comum, entendendo como o trabalho realizado pelo professor dentro de sala de aula, pois não conceituaram o termo.

As conclusões apresentadas por Dias (2019), Costa Junior (2019) e Silva (2018) apontam a necessidade de formação inicial e continuada para os professores, além de afirmarem que os alunos apresentam características comuns como distorção idade-série, dificuldades de aprendizagem e vínculos escolares fragilizados. Da mesma maneira, Jesus (2018), Oliveira (2016), Oliveira (2018), Salatiel (2018) e Godoi (2017) relatam casos em que, ao serem apreendidos, os adolescentes já apresentavam sinais de dificuldade de permanência e acesso à escola, verificado pelo histórico de evasão escolar, desinteresse e distorção idade-série.

Nesse mesmo sentido, Silva (2018) conclui que, embora o SINASE tenha implementado um avanço nas políticas destinadas aos acautelados, na prática não garante o acesso e permanência dos adolescentes na escola, pois além das características dos adolescentes, a educação no Sistema Socioeducativo é suprimida pelas práticas de encarceramento, vigilância e controle características das instituições prisionais. Assim como Dias (2019), que destaca as limitações impostas pelas regras dos Centros Socioeducativos como dificultadoras para a realização da docência em ambientes de privação de liberdade e destaca a desvalorização dos profissionais que laboram nessas Unidades sob condições de trabalho precárias, sem planos de carreira e baixa remuneração.

Dias (2019) ressalta que há muita diferença entre a instituição escolar dentro dos Centros Socioeducativos para as escolas fora do ambiente de privação de liberdade e relata o que

observou ao adentrar nesses espaços:

Todas as vezes que entrei e saí desses Centros, um funcionário uniformizado estava sempre a postos para anotar o horário de entrada e saída, todos os dados da minha carteira de identidade e os motivos que me levavam até lá. De tal modo que as portas e portões – com grades fortes de ferro e uma vigilância constante – não deixavam dúvidas de que ali há privação de liberdade e que, a despeito de se constituírem estabelecimentos educacionais, conforme assinala a Lei, em muito se assemelham a estabelecimentos prisionais. Ambientes frios, cinzentos, fechados, pequenos e com pouca luminosidade prevalecem em seu interior. Em alguns momentos, é possível observar que há muitas vozes para poucos espaços, como também existem sons peculiares nesses territórios. (DIAS, 2019, p. 27)

Como resultados da revisão da literatura, pode-se observar que os adolescentes que ocupam as vagas do Sistema Socioeducativo mineiro apresentam características comuns no que se refere à educação, como distorção idade-série, dificuldades de aprendizagem e vínculos escolares fragilizados. Ademais, estudos apontam que a educação no Sistema Socioeducativo é suprimida pelas práticas de encarceramento, vigilância e controle características das instituições prisionais.

Considerações finais

As conclusões desta análise possibilitam afirmar que o trabalho docente no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais é um campo pouco explorado pelo meio acadêmico na área da Educação. A revisão da literatura mostra que não foram encontrados outros estudos, além do desenvolvido por Dias (2019), que investigasse sob quais condições os professores realizam seus trabalhos nos Centros Socioeducativos em Minas Gerais ou como se relacionam com os alunos. Também não foram localizados estudos que busquem compreender como os professores elaboram o planejamento das aulas tendo em vista a brevidade da medida socioeducativa. Outra lacuna está relacionada à ausência de estudos que abordam a relação dos professores com os demais servidores que atuam nesse contexto e de que forma as regras dos Centros Socioeducativos impactam no trabalho docente.

Ao desviar o foco do sujeito adolescente e direcionar o olhar para os professores que atuam nesse processo dialógico, foram identificadas lacunas que podem desencadear estudos que busquem compreender o trabalho docente realizado pelos professores que atuam no Sistema

Socioeducativo em Minas Gerais com e para adolescentes marcados pela evasão escolar, defasagem idade-série, desigualdade de acesso à escola e dificuldade de aprendizagem, conforme constatado nos materiais analisados (DIAS, 2019; COSTA JUNIOR, 2019; GODOI, 2017; JESUS, 2018; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2018; SALATIEL, 2018).

Ouvir o que os professores têm a dizer pode trazer grandes contribuições para o meio acadêmico, especialmente, para as áreas da Educação e da Segurança, uma vez que o processo de escolarização nesses locais apresenta peculiaridades por tratar-se de escolas que funcionam dentro do ambiente de privação de liberdade.

Mediante tais considerações, deixo um convite aos leitores que se interessam pela temática a explorarem o trabalho docente no Sistema Socioeducativo por outras perspectivas, além da dos adolescentes, possibilitando assim aglutinar o máximo de informações possíveis para melhor compreensão do cenário e, assim, quem sabe, promover avanços significativos no processo de escolarização desses sujeitos.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: *Senado*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. *Diário Oficial da União República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm> Acesso em: 08 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em: 08 jan. 2022.

CARVALHO, Aline Menezes de Barros de. *Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação*: estudo bibliográfico. 2015, 186f. Dissertação (Mestrado

em EDUCAÇÃO) - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2550530> Acesso em: 15 fev. 2022.

CASTRO, Denilson Barbosa de. A escola e o adolescente em liberdade assistida. 2016, 196 f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4239832> Acesso em: 15 fev. 2022

COSTA JUNIOR, Antonio David. *O trabalho docente com adolescentes privados de liberdade: sentido de professores*. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019, 142f. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12023/Disserta%20David%20200111%20final-convertido.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 13 fev. 2022.

DIAS, Marília Sousa Andrade. *Para estes meninos e meninas, qual docência?* (escolas de sistemas socioeducativos – Brasil e Colômbia). 2019. Tese (Doutorado em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31934/1/UFMG_TESE_FINAL_MAR_LIA_SOUSA.PDF> Acesso em: 08 jan. 2022.

DIRETRIZES DE RIAD. Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. *Assembleia Geral das Nações Unidas*. Riad, 1988. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1075.html>> Acesso em: 30 nov. 2022.

GODOI, Renan Saldanha. *Para além dos muros da escola: percursos biográficos e trajetórias escolares de jovens do Sistema Socioeducativo*. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15371/2017%20Disserta%20Renan%20Saldanha%20Godoi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 08 jan. 2022.

JESUS, Iris Menezes de. *Escolarização de jovens de 15 a 17 anos em situação de privação de liberdade: reflexões sobre o Sistema Socioeducativo do estado do rio de janeiro*. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <<https://1library.org/document/yeoonr4q-escolarizacao-situacao-privacao-liberdade-reflexoes-socioeducativo-estado-janeiro.html>> Acesso em: 08 jan. 2022.

NUNES, Fabiano Elias. *Formação e (re) socialização de adolescentes em privação de liberdade: práticas e políticas educacionais no Centro Socioeducativo de Unaí - CSEUN*. 2018a. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2550530> Acesso em: 15 fev. 2022.

[oConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6920979](#)> Acesso em: 15 fev. 2022.

NUNES, Heloanny Araujo de Moraes. *Meninas encarceradas: a educação escolar das adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE/ GOIÂNIA)*. 2018b. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6576749> Acesso em: 15 fev. 2022.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, Elizabeth Souza de. *Um estudo entre escolas públicas cariocas e instituições de privação de liberdade adolescente: educação e desafios contemporâneos às classes trabalhadoras*. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3642996> Acesso em: 15 fev. 2022

OLIVEIRA, Laila Vieira de. *Escola de mentira ou escola de verdade? Sobre a garantia do direito à educação de adolescentes em cumprimento de medida de internação provisória em Belo Horizonte*. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6292924> Acesso em: 15 fev. 2022

PARIGI, Camila da Rosa. *Auto(trans)formação permanente com professores(as) em contexto socioeducativo: educar(se) entre a coercitividade e a liberdade*. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15475/DIS_PPGEDUCACAO_2017_PARIGI_CAMILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em: 08 jan. 2022.

SALATIEL, Eduardo Lopes. *“A escola perdeu”*: experiências escolares de jovens acompanhados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais – PPCAAM/MG. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em:

<https://mestrados.uemg.br/ppgeduc-producao/dissertacoes-ppgeduc/category/115-2018?download=449:a-escola-perdeu-experiencias-escolares-de-jovens-acompanhados-pelo-programa-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-ameacados-de-morte-de-minas-gerais-ppcaam-mg>> Acesso em: 08 jan. 2022.

SILVA, Jamires Pereira da. *Tempo da tranca, tempo da sala: a educação escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um centro de internação de*

Pernambuco. 2018, 225 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URPE_539fb8a9fdce588c6c585db43b3a010f> Acesso em: 12 fev. 2022.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.